



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0016894-51.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Elomir Antonio Perussi de Jesus**
 Requerido: **Vaayus Auto Center Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter recebido spam encaminhado pela ré sem que se tivesse cadastrado junto à mesma.

Alegou ainda que com isso a ré teria violado inúmeros preceitos normativos que especificou, invadindo sua privacidade e inviabilizando o recebimento de mensagens de clientes, amigos e familiares.

Almeja à condenação da ré a cessar o envio de novos spams, sob pena de multa diária, bem como ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que suportou.

Assim posta a questão debatida, assinalo que inexistente legislação específica que discipline a matéria em apreço, devendo a pretensão deduzida ser analisada à luz de como se desenvolvem as relações próprias do cotidiano.

No campo da propaganda, não se controverte sobre a imensa quantidade de informações de variada ordem que bombardeiam diariamente todas as pessoas.

Assim, sabe-se que a leitura de um jornal ou revista passa necessariamente pelo contato com chamadas e matérias publicitárias, a exemplo do que sucede ao ouvir-se um rádio.

O que se dirá então quando se liga um aparelho de televisão, em que nem mesmo os chamados canais de programação fechada ou públicos escapam à veiculação de mensagens dessa natureza.

Até o simples ato de caminhar por uma via pública não se realiza de regra sem que em algum momento se esteja diante de uma propaganda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Se as coisas assim se passam nos afazeres normais, não se pode imaginar que no vasto – e muitas vezes de difícil controle – terreno da rede mundial de computadores o panorama seria diverso.

Esse é o contexto que afeta a todos nós e do qual não nos podemos desvencilhar ou mesmo negá-lo.

Diante desse panorama, não vislumbro que assista razão ao autor, ao menos como sua postulação foi deduzida nos autos.

Ele, até por sua formação profissional qualificada, reúne condições para evitar que as mensagens que recebe lhe causem tamanho desconforto, bloqueando-as ou ao menos as deletando prontamente.

Como o homem médio faz.

A propósito, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já decidiu que:

“...Enquanto a lei não restringir tais práticas, aqueles que remeterem correspondências a seus atuais clientes ou mesmo outros em potencial, poderão fazê-lo de forma livre. Por óbvio que na hipótese de o ato de remessa lhes causar algum dano os executores deverão ser responsabilizados na medida de sua culpabilidade e, diante da ausência da lei, tal responsabilidade será de cunho subjetivo, ensejando além do dano e do nexo de causalidade a prova da culpa.

...

No caso, a situação de perturbação narrada pelo apelante não é diferente daqueles que constantemente são incomodados em sua residência por inúmeras ligações telefônicas de empresas de 'telemarketing' nos horários mais impróprios e imagináveis, ou ainda de outros que têm sua caixa postal contaminada por diversos e-mails das mais diversas origens possíveis. Todavia, tais práticas, assim como o encaminhamento da propaganda ou comunicação escrita, não é proibido por lei” (TJ-SP, 16ª Câmara de Direito Privado, Embargos Infringentes nº 1035193-0/01, rel. Des. **CÂNDIDO ALEM**, j. 10.06.2009 - grifei).

O Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal perfilhou o mesmo entendimento por ocasião de acórdão assim ementado:

“Civil. Ação de indenização por danos morais. Mensagens eletrônicas indesejadas ou não solicitadas. Spam. Ilícito não configurado. Incidência do CDC aos negócios eletrônicos (e-commerce). Apreciação. Propaganda abusiva ou enganosa. Inexistência. Responsabilidade objetiva. Inaplicabilidade. Demonstração de culpa ou dolo. Exigência. Intangibilidade da vida privada, da intimidade, da honra e da imagem. Violação não demonstrada”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tal decisório foi confirmado em grau de recurso pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, extraindo-se do voto vencedor do Min. **HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO** magistério relevante:

“Em verdade, não compreendo como o envio de SPAM possa ser considerado fundamento para justificar a ação de dano moral, se essa evolução tecnológica pode ser bloqueada, deletada ou simplesmente recusada, havendo, ainda, a hipótese de se solicitar que não mais sejam enviados.

Acredito que seja, realmente, um incômodo para todos que recebam o indesejado SPAM. Contudo, não vejo como esse veículo de propaganda se constitua ilícito, por falta de previsão legal, além de não ser visto como dano se não contém ataques a honra ou a dignidade de quem o recebe, formalmente, portanto sem nexos causal entre a pretensão judicial de condenação de dano moral e o fato que a justificaria.

Com efeito, Senhor Presidente, após o voto do eminente Relator, preocupa-me realmente se abrir um leque muito grande para ações de dano moral por envio de SPAM, que afetaria, sem dúvida, a Política Judiciária de multiplicidade de recursos, de milhares e milhares de ações de igual natureza.

Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais simples aborrecimentos.

Assim, ao abrir a divergência com o voto do eminente Ministro Relator, ainda que houvesse Sua Excia. limitado a indenização a um caso concreto, seria um precedente muito perigoso que afetaria todo o sistema recursal desta eg. Corte.

Com esses singelos fundamentos, estou em que a decisão recorrida, pela negativa, deva ser mantida” (REsp. nº 844.736-DF, DJe: 02.09.2010 - grifei).

Essas lições aplicam-se com justeza à espécie dos autos, não se entrevedo ato ilícito por parte da ré na conduta perpetrada que renda ensejo à indenização à míngua de dispositivo legal que assim disponha de forma específica e concreta.

Não se cogita nesse contexto de sua condenação a cessar o envio de spams e muito menos sob pena de multa pecuniária.

No mais, o pedido para o recebimento de indenização por danos morais da mesma maneira não vinga.

A ré justificou adequadamente a fls. 34, com respaldo no documento de fls. 51/54, de que forma teve acesso ao e-mail do autor, não se vislumbrando aí nenhuma quebra ao direito à privacidade deste.

Inviável, portanto, cogitar de sua condenação a reparar-lhe supostos danos morais, os quais, aliás, não se comprovaram minimamente ainda que se tivesse por patenteado o ilícito proclamado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação,
mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios,
com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**